

REQUERIMENTO Número / (.ª)

PERGUNTA Número / (.ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

Um depósito a céu aberto de cerca de 120 mil toneladas de resíduos alegadamente perigosos foi detetado na Reserva Natural do Estuário do Sado, em Setúbal, em terrenos próximos do local onde operava a antiga empresa Eurominas Electro-Metalurgia, SA, junto aos terminas Termitrena e Teporset, hoje concessionados às empresas Secil e Cimpor.

Segundo a associação Zero, os resíduos encontrados junto à área de sapal e que durante anos escorrem para as águas do estuário do Sado e lençóis freáticos, terão composição semelhante aos resíduos descobertos nos terrenos da propriedade do Millennium BCP, no Vale da Rosa. Em resposta à Pergunta 3493/XIV/1 do Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda, o Ministério do Ambiente e da Ação Climática confirmou tratar-se de resíduos perigosos, depois de a Agência Portuguesa do Ambiente (APA) ter realizado análises laboratoriais.

No mesmo ofício enviado ao Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda, o Ministério revelou não ter sido possível identificar o responsável pela deposição dos resíduos perigosos no Vale da Rosa. No entanto, o ex-presidente da Junta de Freguesia do Sado e ex-vereador na Câmara Municipal de Setúbal, Eusébio Candeias, veio a público dizer que os resíduos começaram a ser encaminhado para o local em 2003 pela empresa Eurominas.

Importa clarificar a eventual relação entre o depósito de resíduos no Vale da Rosa e o depósito na Reserva Natural do Estuário do Sado.

Sobre os resíduos no Vale da Rosa, o Ministério do Ambiente e da Ação Climática adiantou que *“a CCDR-LVT notificou o Millennium BCP para proceder à remoção dos resíduos, sendo o proprietário ainda responsável, nos termos da lei, por encaminhar os resíduos para um destino adequado”*. Apesar da notificação da CCDR-LVT, as 80 mil toneladas de resíduos permanecem no local sem que a entidade bancária tenha desencadeado qualquer diligência para os remover. A cada dia que passa, aumentam os riscos para o ambiente e a saúde humana.

O Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda considera lamentável que as entidades

competentes nunca tenham detetado o depósito a céu aberto de resíduos localizado em plena Reserva Natural do Estuário do Sado, cuja gestão está a cargo do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF). Mais uma vez se demonstra que a falta de meios humanos, técnicos e financeiros afetos às entidades com competências na gestão, controlo e fiscalização das áreas protegidas acarreta sérios riscos para os ecossistemas e a sua biodiversidade.

Importa apurar responsabilidades, atuar nos termos da lei e proceder à remoção imediata tanto dos resíduos que se encontram na Reserva Natural do Estuário do Sado, como os que estão depositados no Vale da Rosa. Acresce ainda a necessidade de se proceder a uma avaliação aprofundada dos impactes causados pelos resíduos no ambiente, na saúde humana, nos habitats e na biodiversidade do estuário do Sado.

Atendendo ao exposto, e ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda vem por este meio dirigir ao Governo, através do Ministro do Ambiente e da Ação Climática, as seguintes perguntas:

1. Tem o Governo conhecimento dos resíduos depositados na Reserva Natural do Estuário do Sado, junto aos terminas Termitrena e Teporset?
 - 1.1 Em caso afirmativo, conseguiu o Governo apurar a perigosidade dos resíduos?
 - 1.2 Qual é o volume, estimado pelo Governo, dos resíduos ali depositados?
 - 1.3 Conseguiu o Governo identificar a entidade responsável pela deposição dos resíduos e quando foi iniciada a deposição?
2. Que ações prevê o Governo realizar para apurar responsabilidades pela deposição dos resíduos encontrados na Reserva Natural do Estuário do Sado?
3. Avaliou o Governo os impactes negativos provocados pelos resíduos nos habitats, nas espécies da Reserva Natural do Estuário do Sado e na saúde humana?
 - 3.1 Em caso afirmativo, quais são os principais impactes detetados?
 - 3.2 Que medidas vai o Governo adotar para mitigar esses impactes?
4. Que diligências vai o Governo realizar para que os resíduos sejam removidos e encaminhados para destino adequado?
5. Existe uma relação entre o depósito de resíduos encontrado no Vale da Rosa e os resíduos agora encontrados na Reserva Natural do Estuário do Sado?
6. Sobre o depósito de resíduos perigosos no Vale da Rosa:
 - 6.1 Em que resultou o processo de contraordenação instaurado pela Inspeção-Geral da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território (IGAMAOT) ao proprietário do terreno, o Millennium BCP, que não assegurou a gestão dos resíduos perigosos ali depositados?
7. Quando prevê o Governo que a entidade bancária dê início aos trabalhos de remoção dos resíduos e encaminhamento para destino adequado?
8. Pode o Governo remeter ao Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda o relatório das análises laboratoriais aos resíduos encontrados no Vale da Rosa, realizado pela APA?

Palácio de São Bento, 1 de abril de 2021

Deputado(a)s

SANDRA CUNHA(BE)
JOANA MORTÁGUA(BE)
NELSON PERALTA(BE)

Deputado(a)s

MARIA MANUEL ROLA(BE)